

## 1. PERFIL DO CURSO

O curso de Serviço Social responde à necessidade histórica do país e se inscreve no movimento da realidade social, marcado pela desigualdade social e mobilização das classes na sociedade. Reflete o debate teórico, político dos profissionais ao longo da trajetória da profissão, em vistas a responder às manifestações da “questão social” nos marcos do capitalismo monopolista e financeiro. O projeto de formação assume a tese de que o significado sócio-histórico e político do Serviço Social se inscrevem no conjunto das práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das expressões da “questão social”, confirmando a particularidade do Serviço Social como profissão que está intrinsecamente articulada às configurações estruturais e conjunturais da “questão social”, bem como de seu enfrentamento.

Considerando a maturação de algumas tendências para a região Nordeste do Brasil, as últimas décadas representaram a expansão de infraestrutura e serviços. O contexto da reestruturação produtiva dos anos 90 havia aberto aqui oportunidades, porém, o ciclo industrial sofreu influxos de adequação das unidades e baixa intensidade de mão de obra. A região passou a ser pensada em termos dos atributos significativos naturais e culturais, que oferece turismo, serviços e entretenimento, combinada à sustentação pelo Estado de vantagens compensatórias que mantiveram a demanda efetiva nas chamadas classes “D e E”.

Os soteropolitanos, que haviam ingressado em uma fase de ajuste estrutural aos novos tempos de políticas neoliberais de reestruturação produtiva, viram prosperar novos paradigmas na sociedade. Salvador apresentou um ritmo intenso de metropolização, atraindo atenção internacional. O Centro de Salvador e áreas contíguas foram afetados por esta nova política e contexto, de forma distinta e específica das demais. A dinâmica integrativa do mercado capitalista e sua feição urbana retalhou a cidade, levando a constituição de novas subáreas e sub-regiões administrativas, assim como a novas especializações e funcionalidades. Tal cenário levou a UNIJORGE a investir no projeto de requalificação do bairro do Comércio.

Salvador consolidou-se na nova divisão do trabalho nacional ganhando importância na economia e sociedade brasileira. O dinamismo progressivo dos últimos anos tem se tornado capaz de recuperar as funções vitais de interesse no espaço regional. Dispõe de instrumentos suficientes para impor o seu predomínio nesse espaço, e oferta serviços como força de atração. Essa condição materializa o que anteviu Milton Santos, na década de 60, sobre o papel absorvente que

jogariam os seus serviços de cunho econômico-financeiro, religioso, político, educacional, comercial, portuário, turístico, saúde e industrial.

A UNIJORGE, portanto, aposta na tendência verificada de aumento significativo da procura de trabalhadores por mais instrução, como fator de mobilidade social e crescimento profissional, diante do quadro histórico de desigualdades sócio-econômicas e culturais vigentes no país e na sociedade soteropolitana. Além disso, é no contexto histórico de desigualdades sociais e de políticas neoliberais que acirram as manifestações da “questão social”, que o Serviço Social se faz necessário para emancipar indivíduos à condição de cidadãos. Portanto, a percepção das contradições apresentadas motivou a Unijorge a oferecer o curso de Serviço Social, com um projeto pedagógico inovador, que abrange conteúdos científicos, técnicas de trabalho, atividades práticas, aliados a uma sólida fundamentação teórica e de campo, que favorece a formação integral do profissional de Serviço Social.

## 2. PERFIL DO EGRESSO

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE) está embasado na Lei Nº 8.662 de 07 de junho de 1993 que regula a profissão de Assistente Social e dá outras providências, e nas diretrizes curriculares para o curso do Ministério da Educação e do Desporto (MED) que define o Perfil do Bacharel em Serviço Social como:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (MED, 1999)

Portanto, o PPC do bacharelado do curso de Serviço Social, é parte integrante do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e foi construído considerando os critérios técnicos e metodológicos que garantam ao (à) egresso (a) desvelar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e propositivas, capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano, eixo que fundamenta as novas Diretrizes Curriculares e deste PPC.

As novas Diretrizes Curriculares definem para além do perfil do bacharel em Serviço Social as competências e habilidades necessárias, os princípios da formação profissional, uma nova lógica

curricular sustentada no tripé dos conhecimentos constituídos pelos três núcleos de fundamentação da formação profissional, a saber: núcleo de fundamento teórico-metodológicos da vida social; núcleos de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. 1. TÓPICOS DE ESTUDO. 2. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC). ATIVIDADES COMPLEMENTARES; DURAÇÃO DO CURSO E RECOMENDAÇÕES. (MDE, 1999)

Portanto, o objetivo do curso é formar bacharéis em Serviço Social que atuem nas expressões da “questão social”, no âmbito das políticas sociais com capacitação teórico-metodológica e ético-política, no desenvolvimento de competências e habilidades no exercício do fazer profissional, possibilitando a intervenção na realidade social e nos espaços sócio-ocupacionais de forma reflexiva, crítica e qualificada de acordo com a Regulamentação da Profissão (lei Nº 8.662/93) e com o Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS -273/93)

As transformações sociais no mundo contemporâneo requerem do profissional do Serviço Social um conjunto de competências e habilidades previstas nas novas diretrizes curriculares, que têm como base a Lei Número 8.662 de 07 de junho de 1993 que regulamenta a profissão. Conforme o Ministério da Educação e do Desporto, Diretrizes Curriculares, Competências e Habilidades (1999).

A formação profissional deverá desenvolver de forma geral a capacidade de:

- a) viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- b) análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- c) compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- d) identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o

privado.

A formação profissional deverá desenvolver de forma específica a capacidade de:

- a) Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- b) Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- c) Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- d) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- e) Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- f) Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- g) Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- h) Realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- i) Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- j) Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social;
- k) Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- l) Supervisionar diretamente estagiários (as) de Serviço Social.

Entretanto, para além do que é requerido ou proposto, é preciso perceber que cada educando (a) tem um tempo próprio para o desenvolvimento dessas competências e habilidades, bem como de atitudes, que juntas definem os aspectos formativos.

Os aspectos formativos (atitudes, habilidades e competências pessoais e profissionais) deverão se instalar/incorporar, de forma intencional e sistematizada, inseridos na dinâmica teoria/prática das atividades curriculares, [...] definido um novo perfil para o Assistente Social. (BRANTES, 2007, p. 11)

Posto o desafio, cabe à instituição desenvolver uma educação integral que acolha essa diversidade do tempo pedagógico de cada educando (a) dentro do coletivo de suas práticas pedagógicas possibilitando a formação do perfil do (a) Assistente Social alinhado às diretrizes curriculares e as demandas da sociedade brasileira.

### 3. METODOLOGIA DO ENSINO

A abordagem pedagógica da UNIJORGE reconhece a necessidade de promoção contínua e progressiva da autonomia do estudante, e elege, portanto, a abordagem humanística, o sociocognitivismo e o **trabalho colaborativo** para a construção do conhecimento como pressupostos educativos que subsidiam e definem o processo de ensinagem.

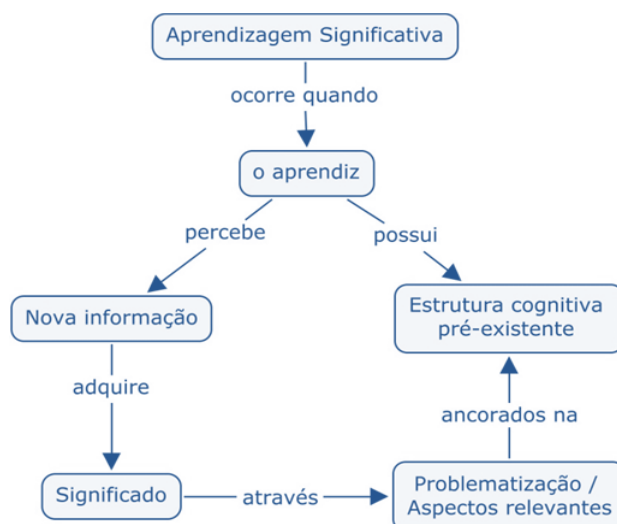
A UNIJORGE associou à experiência técnico-pedagógica de seus fundadores com a continuidade de seus atuais líderes educacionais, e optou como princípio epistemológico de suas diretrizes pedagógicas institucionais pela conciliação de princípios filosóficos, teóricos e metodológicos contemporâneos pautados, principalmente, na **Teoria da Aprendizagem Significativa**, que tem seu foco na problematização do processo de ensino-aprendizagem e que considera a experiência de vida de cada estudante como ponto de partida para a aprendizagem (AUSUBEL, 2000<sup>1</sup>; MOREIRA, 2006<sup>2</sup>; PELIZZARI et. al., 2002<sup>3</sup>).

Assim, a aprendizagem é pautada nos princípios do cognitivismo de Ausubel (1980<sup>4</sup>, p. 5) que privilegia a aprendizagem significativa assimilada pela recepção e/ou descoberta.

Representação visual do processo de aprendizagem:

---

<sup>1</sup> AUSUBEL, D. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Paralelo, 2000.  
<sup>2</sup> MOREIRA, M. A. *A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação na sala de aula*. Brasília: EdUNB, 2006.  
<sup>3</sup> PELIZZARI, A. et. al. Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002.  
<sup>4</sup> AUSUBEL, D. *Psicologia educacional*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.



Mapa conceitual síntese do processo de aprendizagem significativa.

Fonte: elaboração própria, 2011.

A ideia do problema como mobilizador da necessidade da aprendizagem está pautada na premissa de que, na **metodologia da problematização**, o estudante se vê frente a um desafio, a um problema relacionado à vida em sociedade, que se converte em problema de conhecimento. Cria-se a necessidade de construir, investigar, mobilizando o desejo do Outro para a aprendizagem. A existência de um problema socialmente relevante mobiliza cognitivamente o sujeito para a construção de soluções.

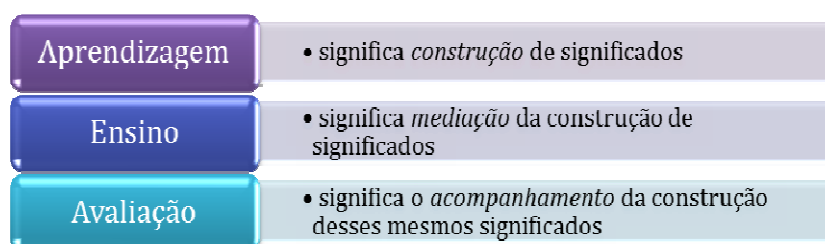
A existência do desafio coloca o estudante no lugar de sujeito, já que a solução de problemas possibilita a participação ativa, desfocando a função de transmissão mecânica e atribuindo um papel dialógico aos atores do processo. É imperiosa a necessidade de haver uma associação entre teoria e prática que consiga impor novos desafios para o conhecimento significativo. A abordagem da **problematização** foi eleita numa tentativa de superar a aprendizagem mecânica e exigir, dos estudantes, aprendizados com significados mais complexos das relações que constituem a situação problemática (MORETTO, 2009<sup>5</sup>). Afinal, a cada dia a sociedade exige mais qualificação técnica para aumentar as possibilidades de empregabilidade, associada à consciência da necessidade de fortalecimento da cidadania e seus reflexos para o desenvolvimento social.

Assim, na medida em que o estudante consegue transformar-se em construtor de significados no

<sup>5</sup> MORETTO, V. P. *Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

seu processo educativo, mediado por docentes que favoreçam esse espaço e que consideram as experiências de vida do estudante, ele insere-se num universo simbólico de acomodação do conhecimento (PIAGET, 2002<sup>6</sup>).

Partindo da Teoria da Aprendizagem Significativa a UNIJORGE adotou os seguintes pilares para desenvolvimento do seu PPI:



Em se tratando de EAD, são aplicados os mesmos princípios, destacando-se:

- A composição dos cursos, que conta com conteúdos produzidos e estruturados de forma a conduzir o estudante ao desenvolvimento de sua autonomia, de forma que, mesmo lhe sendo apresentada uma linha de raciocínio para que o mesmo desenvolva seu curso, ele pode construir outro percurso de aprendizagem que lhe for mais apropriado. Esta autonomia se estabelece, também, no momento em que o estudante pode escolher o melhor horário e espaço de tempo para seus estudos e realização de atividades.
- O aprendizado herdado pelos estudantes, a partir de conhecimentos anteriores, os quais são trazidos à tona a partir da exposição dos conteúdos e da realização de tarefas.
- A problematização, que é uma constante na composição das atividades desenvolvidas ao longo dos cursos, e é uma das técnicas utilizadas pelo corpo docente, no intuito de trabalhar a construção do conhecimento junto ao corpo discente, durante o processo de mediação.

Pretende-se, portanto, que o egresso da UNIJORGE não tenha apenas as respostas ou resultados das situações apresentadas em sala de aula, mas, sobretudo, que saiba lidar com cenários diversos e tenha criatividade para construir procedimentos e participar dos processos decisórios.

#### 4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são práticas acadêmico-científico-culturais, apresentadas sob múltiplos formatos, que tem por objetivo geral diversificar e enriquecer a formação acadêmica oferecida na graduação, através da participação do corpo discente em tipos variados de eventos. E por objetivos específicos:

<sup>6</sup> PIAGET, J. *A construção do real na criança*. São Paulo: Ática, 2002.

- a) enriquecer o processo ensino-aprendizagem;
- b) ampliar, essencialmente, o conhecimento teórico/prático discente com atividades extra-classe;
- c) abrir perspectivas do (a) educando (a) nos contextos sócio-econômico, técnico e cultural da área profissional escolhida;
- d) incentivar a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor nos (as) educandos (as);
- e) desenvolver a autonomia e o espírito criativo nos (as) educandos (as).

A realização das Atividades Complementares depende exclusivamente da iniciativa e da dinamicidade de cada educando (a), que deve buscar as atividades que mais lhe interessa para delas participar, o que contribui para o desenvolvimento da autonomia dos mesmos. As Atividades Complementares são curriculares, portanto constarão no histórico escolar do (a) educando (a), mas são realizadas fora dos programas das disciplinas previstas na matriz do curso.

São necessárias, no mínimo, 130 horas dessas atividades, durante os quatro anos de academia, que devem ser cumpridas pelo discente ao frequentar:

- a) Atividades Educacionais;
- b) Atividades de Investigação Científica;
- c) Atividades de Extensão;
- d) Atividades Artísticas e Culturais.

Serão estimuladas atividades como monitoria, iniciação científica, apresentação de trabalhos em congressos e seminários, cursos e atividades de extensão, visando garantir a interação teoria-prática, conforme sugere a Resolução Nº 15, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, conforme regulamento próprio.

As Atividades Complementares passam a ser contadas a partir do momento em que o (a) educando (a) passa a integrar o curso. A entrega dos documentos comprobatórios deve ser realizada na Central de Atendimento ao Aluno (CEAT), através do Sistema Eletrônico de Requerimento e a validação das cargas horárias é realizada semestralmente pela Coordenação do Curso.

As atividades complementares poderão incluir:

Grupo 1 - Disciplinas pertencentes a outras Instituições de Ensino Superior, não contabilizadas como "aproveitamento de estudos" para dispensa de disciplinas.

Grupo 2 - Monitoria em disciplinas de curso de Graduação.

Grupo 3 - Monitoria em eventos acadêmicos.



Grupo 4 - Participação em Grupos de Estudos em Pesquisa e Extensão.

Grupo 5 - Organização de atividades ou eventos de natureza acadêmica.

Grupo 6 - Participação em projetos de Iniciação Científica (IC).

Grupo 7 - Participação em Projetos de Extensão.

Grupo 8 - Publicação de artigos, livros e capítulos de livros com corpo editorial e registro de ISSN ou ISBN.

Grupo 9 - Apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos.

Grupo 10 - Apresentação de minicursos em eventos acadêmicos.

Grupo 11 - Participação como ouvinte em seminários, fóruns, conferências, congressos, ciclo de palestras, simpósios e encontros de natureza científica, cultural e pedagógica.

Grupo 12 - Participação como ouvinte em cursos, minicursos e Workshops de natureza científica, cultural e pedagógica.

Grupo 13 - Representação Estudantil em órgão discente, conselhos superiores ou setoriais, vinculados ao curso.

Grupo 14 - Estágio Extracurricular em áreas afins ao curso.

Grupo 15 - Atividades de campo de natureza cultural e científica.

Grupo 16 - Premiação em concursos de natureza científica ou cultural.

Grupo 17 - Curso de Idioma estrangeiro.

Grupo 18 - Curso de Informática

## **5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO**

A avaliação de ensino-aprendizagem está voltada para a construção do conhecimento, desenvolvimento humano e construção de habilidades profissionais que, tipologicamente, pode ser compreendida a partir de três vertentes básicas: diagnóstica, formativa e somativa.

O viés diagnóstico se refere à função ontológica e constitutiva da avaliação, que tem caráter investigativo e processual. Realiza o estudo inicial sobre a realidade dos (as) educandos (as), suas concepções e conhecimentos prévios, com o fim de elaborar uma ação pedagógica mais próxima das reais necessidades destes sujeitos.

A interface formativa é entendida como processual e contínua, realizada cotidianamente pela observação, olhar e escuta sensível do professor para o (a) educando (a), no sentido de identificar entraves, sucessos, participações, discordâncias, etc. É a atenção para o processo de (re)construção de conhecimento e dificuldades que se instauram no percurso do processo ensino-

aprendizagem. Desta forma ela permite o redirecionamento, a reorientação do planejamento e, conseqüentemente, do (a) educando (a) em seu processo de aprendizado.

A avaliação compõe as relações dinâmicas de sala de aula e colabora nas decisões que devem ser tomadas e na reorientação do processo ensino-aprendizagem, sempre tomando o PPC como referência fundamental à dinâmica do desenvolvimento da formação. A prática da avaliação, a partir de uma concepção pedagógica consistente e dinâmica, compõe o cotidiano da sala de aula, independente dos aspectos concernentes à mensuração do rendimento escolar.

O ato de avaliar configura-se pela observação, verificação e análise dos dados sobre um determinado objeto. Contudo, a avaliação transcende a configuração da qualidade do objeto em questão, exigindo sempre uma tomada de posição. Articula-se com o planejamento, colocando-se como coluna de sustentação no desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, voltado para o desenvolvimento e aprendizagem dos (as) educandos (as).

O processo de avaliação é definido pelos professores das disciplinas e diversos procedimentos quantitativos e qualitativos podem ser adotados. As avaliações, no mínimo de quatro, são distribuídas em quatro unidades consecutivas e inter-relacionadas, ao longo do semestre, sendo atribuídos pesos previamente definidos para cada avaliação. As avaliações apresentam-se nas seguintes modalidades:

- a) Prova escrita individual: tem como finalidade avaliar a capacidade de resolução de problemas, nível de aprofundamento dos conteúdos estudados e concatenação dos passos usados na articulação das respostas;
- b) Seminários individuais e/ou em equipe, acompanhados de debate discussões sobre as temáticas abordadas; tem o objetivo de conhecer a capacidade de análise crítica e de diagnóstico;
- c) Relatórios de trabalhos: contempla a capacidade de avaliar a organização e sistematização dos dados, a elaboração de relatórios e apresentação dos resultados.

Tomando-se como princípio o desenvolvimento de competências profissionais, o foco da avaliação está centrado na capacidade de acionar conhecimentos necessários à atuação profissional e na busca contínua por novos conhecimentos que venham contribuir com a formação continuada dos discentes. A avaliação é concebida como parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados, considerando as competências a serem constituídas, e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias.

Para ser aprovado, o discente precisará ter média igual ou superior a 7,0. Caso contrário, terá que se submeter à Prova Final, precisando de média igual ou superior a 5,0. Dentre as provas regulares há a Avaliação Periódica Discente (APED) que compõe um projeto decorrente do objetivo estratégico de melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem.

## 6. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de avaliação é a dimensão de maior complexidade do fazer pedagógico institucional.

Corresponde à atividade que estabelece o diagnóstico da qualidade dos projetos dos cursos. Indica os pontos de segurança e fragilidade em relação à aprendizagem que se desdobra na construção do conhecimento, o que permite estabelecer estratégias para a continuidade da proposta acadêmica de cada curso, reforçando os conteúdos que estão em construção favorável à significação do conhecimento e retomando, com estratégias alternativas, as dimensões de conteúdos que se apresentam frágeis.

O binômio avaliação e conhecimento está intrincado na condução do Projeto Pedagógico da UNIJORGE. Essa relação, ao contrário de estabelecer uma relação passiva entre os sujeitos, remete a uma dinâmica crítica de responsabilidade institucional e, também, de compromisso individual, entrelaçando toda a comunidade acadêmica. Os estudantes da UNIJORGE, independentemente da sua modalidade de ensino, são compreendidos como sujeitos que constroem o seu conhecimento mediado por instrumentos e símbolos que participam, transformam e dinamizam o seu processo de aprendizagem.

Partindo dessa compreensão, a abordagem pedagógica da UNIJORGE reconhece a necessidade de promoção da contínua e progressiva autonomia do sujeito cognoscente que subsidia e define a ação educacional, bem como implementa as respectivas práticas previstas nos conteúdos curriculares.

No contexto da **Teoria da Aprendizagem Significativa** a concepção de avaliação assume o desafio de romper com o modelo tradicional de ensino, historicamente cristalizado na sala de aula presencial, que se restringe a momentos avaliativos específicos para realização de provas e exercícios, para assumir uma postura de compreensão das potencialidades dessa modalidade de ensino, com seus recursos tecnológicos e possibilidades de implementação de diferentes estratégias avaliativas.

Assim, a concepção de avaliação para a UNIJORGE está pautada em dimensões quantitativas e qualitativas, redirecionando o seu foco para um contexto diagnóstico, somativo e formativo que tem como objetivo estabelecer um processo contínuo e dinâmico, não se restringindo a momentos estanques como provas e exercícios, sendo seu alvo maior a aprendizagem e a formação acadêmica, profissional e social dos estudantes.

A avaliação deixa de ser um momento final do processo de ensino-aprendizagem para transformar-se numa busca incessante de compreensão das dificuldades do estudante e numa dinamização de novas oportunidades de reconstrução coletiva do conhecimento do professor e discente. É parte integrante da metodologia a aplicação correta dos modelos de avaliação, respeitando-se o momento de cada estudante e seu contexto.

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados pelos cursos da UNIJORGE são diversificados e caracterizados pela necessidade de transformar formas convencionais e criar instrumentos eficazes para atender à concepção pedagógica vigente nos cursos.

Dessa forma, a concepção de avaliação de aprendizagem na UNIJORGE é considerada como um processo contínuo e processual que se inicia quando o estudante ainda é calouro e conclui-se com a colação de seu grau. Para atingir essa finalidade deverão ser privilegiadas as estratégias que estimulem o autodesenvolvimento dos estudantes, bem como a promoção da interação entre as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem, de maneira a possibilitar a construção colaborativa do conhecimento.

A perspectiva da UNIJORGE é de que o processo de formação garanta o desenvolvimento de competências profissionais. Portanto, a avaliação destina-se à análise da aprendizagem do discente de modo a favorecer seu percurso, regular as ações de sua formação e certificar sua formação profissional.

Enfim, todo o esforço de aprendizagem que a UNIJORGE realiza é focado na busca de referenciais que subsidiem e dinamizem a construção de novas visões no universo da avaliação: relações que envolvem o processo de ensinar-aprender-avaliar, ou seja, a aprendizagem significativa com base em problemas que aliam teoria e prática.

## **7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO**

No contexto atual, a investigação constitui-se um campo fértil de reflexões acerca das novas

agendas políticas da sociedade contemporânea, tanto no âmbito das academias e como em espaço sócio-institucionais, visando atender às demandas sociais. Embora nem sempre adotados como obrigatórios pelas instituições de ensino superior no Brasil, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) afiguram-se como um valioso convite para a inclusão do graduando no universo da pesquisa, como um primeiro passo rumo a outros níveis da experiência científica, uma antecena para possíveis projetos de Especialização, Mestrado e Doutorado, bem como uma fonte de referências e fundamentação para as ações do (a) graduado (a), recém-ingresso (a) no mercado de trabalho e engajado nas transformações educacionais.

No curso de Serviço Social o TCC se constitui em atividade acadêmica obrigatória para a conclusão da graduação e colação de grau, que tem como requisito a redação de texto monográfico sob a supervisão de um professor (a) orientador (a), conforme definido nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, e deve significar avaliação sintetizadora do aproveitamento geral do curso. É o trabalho no qual o (a) educando (a) sistematiza o conhecimento resultante de indagações, preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo se realiza dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas e é elaborado sob a orientação de um (a) docente Assistente Social e avaliado por banca examinadora.

Pretende-se que, ao final do curso, o (a) graduando apresente um trabalho científico – monografia, desenvolvida individualmente, que sirva para consolidar e potencializar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. Além de propiciar ao (à) educando (a) os primeiros contatos com a reflexão crítica e científica, o TCC tem como objetivo principal sistematizar e estabelecer vínculos entre os temas e conteúdos programáticos abordados nas disciplinas em uma monografia, na qual fique evidente o aprimoramento teórico-metodológico e a capacidade de reflexão crítica dos (as) educandos (as), contribuindo para a formação profissional do corpo discente e a ampliação dos campos do conhecimento em Serviço Social.

Assim, propõe-se que sua elaboração seja estimulada desde o ingresso do (a) educando (a) na graduação, em diversas situações acadêmicas como: os trabalhos em sala de aula, grupos de iniciação científica, seminários e debates, atividades de extensão, grupos de estudo, apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos. Essas situações acadêmicas diversas se realizam pedagogicamente, no encontro de educandos (as) e educadores, conduzindo gradativamente a formação do pensamento científico, crítico-reflexivo, com o objetivo principal de sistematizar e estabelecer vínculos entre os temas e conteúdos programáticos abordados nas disciplinas do

curso e na prática do campo de estágio.

## 8. ESTÁGIO CURRICULAR

O mercado de trabalho no Brasil contemporâneo está atrelado ao cenário nacional e internacional de *mundialização* do capital, relações entre nações e o Estado e entre os homens em sociedade nos diversos contextos sociopolíticos, econômicos e culturais. Conforme os interesses do capital, o mercado de trabalho, constituído historicamente com base nas relações entre capital e trabalho, tem apresentado mudanças significativas, constituindo novas formas de relações de trabalho.

A realidade não é diferente para o (a) Assistente Social que tem como campo de atuação as organizações públicas e privadas, nos setores primário, secundário e terciário, no enfrentamento das expressões da “questão social” na sociedade capitalista de produção. O desemprego, embora o mercado de trabalho para Assistentes Sociais vem sendo ampliado nos últimos cinco anos, afeta diretamente a categoria profissional.

Diante desse quadro, entende-se porque o Estado, em 2004, adota em sua política educacional, a articulação educação e trabalho na educação básica de forma humana e integrada, com foco na educação profissional, de forma a transformar os indivíduos em sujeitos históricos de fato e de direito. Sem abrir mão da formação geral associa-se a profissional, possibilitando assim uma melhor preparação desse sujeito e o acesso ao mercado de trabalho.

O curso de Serviço Social, no que tange à concepção de Estágio Supervisionado tem como princípio educativo a relação trabalho e educação de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9.394 de 1996 e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, para estabelecer a formação profissional para além do Estágio Supervisionado, com foco no (a) futuro (a) Assistente Social.

O Estágio Supervisionado é compreendido no curso de Serviço Social para além do ato educativo de aprendizagem, na construção da relação teoria-prática, que configura a primeira inserção do (a) educando (a) no mercado de trabalho, mas também com o compromisso com a trajetória continuada do (a) educando (a) futuro (a) Assistente Social. Por integrar a formação em Serviço Social, torna-se obrigatório para iniciação da atividade profissional do (a) educando (a) no mercado de trabalho e obtenção do Certificado de Conclusão de Curso e posterior registro do diploma, conforme a legislação vigente.

Configura-se a partir da inserção do (a) educando (a) no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão é realizada pelo professor supervisor (a) e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágios elaborados pelos (as) educandos (as), orientados (as) pelos (as) supervisores (as), junto às organizações específicas ao campo de atuação do (a) Assistente Social, nas quais os (as) mesmos estagiam.

Desde 2008, o Estágio Curricular Supervisionado tem por base a Lei Número 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de educandos (as); altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei Número 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis Número 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo 82 da Lei Número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o artigo 6º da Medida Provisória Número 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências; e em consonância com os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem como o disposto na Resolução CNE/CES 15/2002 e na Lei Número 11.788, de 25 de setembro de 2008.

## **9. INSTALAÇÕES FÍSICAS (LABORATÓRIOS)**

**Não se aplica.**